

---

**Paula Teles<sup>1</sup>**

Recebido: 28-02-17 | Aprovado: 14-03-17

DOI: <https://doi.org/10.23882/OM06-2017-04-01>

## A ACESSIBILIDADE UNIVERSAL NA QUALIFICAÇÃO SOCIAL E FÍSICA DAS CIDADES

### Das Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos ao Portugal 2020

**Resumo:** Não se pode falar em acessibilidade em Portugal, sem referir o Projeto Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, lançado em 2003. Neste projeto, 80 municípios aderentes manifestaram a vontade de eliminar barreiras arquitetónicas e urbanísticas do território, através de avaliações efetuadas ao longo de três anos, em matéria de espaço público.

Em 2008, dá-se uma nova fase nesta matéria, com o lançamento dos Planos de Promoção da Acessibilidade. Estes Planos, trabalhando na escala total do município, pretenderam fornecer orientações específicas que permitiram dotar os territórios de melhores condições de acessibilidade. Assim, detetaram, através da realização de um diagnóstico aprofundado, as debilidades ao nível das barreiras arquitetónicas e urbanísticas, em cinco áreas temáticas.

Hoje verifica-se que esta metodologia, através dos mapas de acessibilidade desenvolvidos, é responsável pelo surgimento de novos desenhos urbanos que redesenham as cidades portuguesas.

**Palavras-chave:** Acessibilidade, inovação, planeamento, território, turismo.

## UNIVERSAL ACCESSIBILITY IN THE SOCIAL AND PHYSICAL QUALIFICATION OF CITIES

### From Network of Cities with Mobility for All to Portugal 2020

**Abstract:** It's impossible to talk about accessibility for all in Portugal, without mentioning the National Network of Cities with Mobility for All, launched in 2003. In this project, 80 adherent municipalities expressed the desire to eliminate architectural and urbanistic barriers of the territory, through evaluations made over three years, in terms of public space.

In 2008, raises a new phase in this theme, the Accessibility Promotion Plans. These plans, working on the full scale of the municipality, intended to provide specific guidelines that allowed the territories to provide better accessibility conditions. So, were detected, through an in-depth diagnosis, the weaknesses in matter of urban and architectural barriers, in five thematic areas.

Actually, we check that this methodology, and the accessibility maps developed, is responsible for the emergence of new urban designs that redesigns the Portuguese cities.

**Keywords:** Accessibility, innovation, planning, territory, tourism.

---

<sup>1</sup> **CEO da empresa Mobilidade e Planeamento do Território, Lda. (Portugal)**

Licenciada em Engenharia Civil e mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano pela Universidade do Porto  
(paulateles@paulateles.pt)

## 1. A HISTÓRIA E A INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE ACESSIBILIDADE EM PORTUGAL

### 1.1.O conceito de acessibilidade

Os mais recentes estudos em matéria de *Acessibilidade e Mobilidade para Todos* referem que cerca de 60% das pessoas nos países da OCDE possuem algum tipo de mobilidade reduzida. Essas dificuldades impedem-nas de participar ativamente na vida económica, social e cultural, devido à existência de barreiras físicas nos centros urbanos.

A mobilidade urbana cresceu de forma exponencial e alterou-se muito significativamente nas últimas décadas, especialmente nas cidades. Fruto da dispersão urbanística residencial e da desnuclearização das atividades, das novas formas de organização profissional, dos novos modos e estilos de vida que a sociedade contemporânea despoletou, a mobilidade urbana, em particular a dos espaços metropolitanos, é hoje uma realidade muito diversificada e heterogénea, marcada por uma maior complexidade das cadeias de deslocação diária. Estes novos paradigmas, resultantes das sociedades contemporâneas em emergência, colocam-nos novos desafios, quer do ponto de vista social, quer do planeamento urbanístico, dos transportes e da comunicação, na construção de uma cidade segura e acessível a todos.

O envelhecimento da sociedade, o surgimento intensivo da mulher no mundo profissional e as novas exigências das pessoas de mobilidade reduzida são exemplos desses novos paradigmas.

Deste modo, a cidade que cresce todos os dias, tem que ser projetada a diversas velocidades: se por um lado, tem de se adaptar a estes novos conceitos e estilos de vida, cada vez mais flexíveis e democráticos, através de medidas meramente curativas (como a eliminação de uma simples barreira para permitir um sistema de continuidade no caso dos edifícios), por outro, tem de agilizar os mecanismos de índole preventiva, planeando e projetando a cidade, para que, a nova cidade que se constrói todos os dias, já seja para todos.

A promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas com mobilidade reduzida, constitui uma obrigação cívica de todos os cidadãos. A fim de contornar a pre-

sença das barreiras urbanísticas, arquitetónicas e psicológicas, torna-se imperativo adotar soluções técnicas que garantam o acesso de todos, aos edifícios, aos espaços públicos e aos transportes.

### 1.2. As vantagens económicas da acessibilidade

O passado recente reconhece, através de estudos económicos, que cidades acessíveis são, efetivamente, cidades mais competitivas para viver, trabalhar e visitar.

Atualmente já não se pode negligenciar a escolha dos lugares para se viver devido à translação do fator quilómetro para o fator tempo, entre o local de residência e de trabalho. Mas o mesmo se passa relativamente à escolha dos sítios para visitar.

Neumann e Reuber (2004), num estudo económico sobre o *Turismo Acessível para Todos*, argumentaram a tese de que a acessibilidade não era uma questão dizendo apenas respeito a pessoas com deficiência, mas essencialmente, uma questão económica. São estudos como este que permitem consolidar a importância da garantia das condições de acessibilidade também em matéria económica, para além da sustentabilidade dos espaços e dos edifícios na durabilidade do uso face ao período de vida de cada um, para além da componente social que, naturalmente, a ela está agarrada.

### 1.3. A legislação portuguesa

Uma das questões fundamentais em matéria de acessibilidade e mobilidade para todos relaciona-se, com o enquadramento legal desta matéria. Em Portugal a legislação sobre acessibilidade e mobilidade para todos é, ainda, bastante recente, sendo enquadrada legalmente, pela primeira vez, em 1997 com o Decreto-lei n.º 123/1997 de 22 de Maio, o qual veio a ser substituído pelo Decreto-lei n.º 163/2006 de 8 de agosto e pela Lei n.º 46/2006 de 28 de agosto. Este facto torna o *Desenvolvimento da Acessibilidade e Mobilidade para Todos* em Portugal numa disciplina recente, ainda que, de certa forma, estivesse já consubstanciada na Constituição da República Portuguesa.

O livro “Guia da Acessibilidade e Mobilidade para Todos”, cuja coordenação geral foi feita pela autora deste artigo, sob solicitação do Governo Português, teve co-

mo principal objetivo desenhar a legislação em vigor, apresentando-se como um instrumento precioso no sentido de ajudar tecnicamente na descodificação das normas técnicas a aplicar. Simultaneamente, ao longo do país, foram efetuadas formações do Decreto-lei n.º 163/2006, aumentando a sensibilização e o conhecimento dos técnicos portugueses.

Não obstante o trabalho de promoção e esclarecimento da legislação em vigor, promovido pelo governo português, ainda se aponta a presença de muitas lacunas na sua aplicabilidade e, principalmente, ao nível da fiscalização.

Portugal encontra-se agora numa fase de extrema importância para a matéria de acessibilidade e mobilidade para todos, uma vez que alcançamos em 2017, o prazo máximo definido em legislação para a adaptação do edificado existente. A partir deste momento, poderão ser aplicadas coimas em resultado da não adaptação do edificado. Um problema que poderá afetar as entidades que, durante os últimos anos, foram negligenciando esta questão como prioridade de intervenção.

Trata-se, portanto, de um novo período para a legislação em vigor, que poderá, efetivamente, tornar Portugal um país mais acessível para todos, através do cumprimento dos requisitos legais.

#### **1.4. Da “Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos” aos “Planos RAMPA”**

Portugal apresenta uma dinâmica atenta às questões da *Acessibilidade para Todos*, sobretudo nos últimos anos, com o desenvolvimento de diversos estudos e projetos que vêm trabalhando esta matéria.

Desde a dinamização do projeto Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, lançado em 2004 pela *Associação Portuguesa de Planeadores do Território (APPLA)*, como projeto-piloto em Portugal, que marca o início da história da acessibilidade em matéria de planeamento municipal, os resultados obtidos denotaram o extenso trabalho necessário para tornar Portugal, um país acessível. O projeto permitiu obter resultados positivos pela metodologia utilizada, com a eliminação sistematizada das barreiras arquitetónicas e urbanísticas de vilas e cidades portuguesas.

Com a integração no projeto REDE, os municípios tinham objetivos concretos, e com a percentagem de eliminação de barreiras, tinham o hastear de uma bandeira, sendo que o projeto culminava com a bandeira de ouro.

Após o ano de 2008, deu-se, efetivamente, a mudança de paradigma em matéria de acessibilidade e mobilidade para todos em Portugal, com o lançamento dos Programas de Promoção da Acessibilidade a nível nacional.

A elaboração destes planos possibilitou fornecer, aos municípios, orientações específicas que lhes permitiram dotar os seus territórios de melhores condições de acessibilidade para todos à escala municipal. Para tal, analisaram, através de um diagnóstico aprofundado, as debilidades ao nível das barreiras, em cinco áreas temáticas: espaço público, edificado, transportes, comunicação e infoacessibilidade. Assim, neste âmbito, foram aprovados 58 projetos com um investimento associado de 9,3 milhões de euros.

Uma prova do sucesso dos Planos de Acessibilidade da 1ª Geração foi o lançamento da 2ª geração, dando continuidade a esse trabalho. A 2ª Geração de Planos de Promoção de Acessibilidade - RAMPA (Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade) aprovou um total de 107 projetos, no valor global de 17,8 milhões de euros, distribuídos um pouco por todo o território continental.

Em suma, a elaboração destes programas de promoção da acessibilidade pretende detetar problemas num determinado território definido para análise, propor soluções, priorizar ações, definir orçamentos, envolver atores, integrar agentes alvo, criar modelos temáticos de governança e estimular a participação pública.

#### **1.5. A Rede de Cidades e Vilas de Excelência - novo estímulo para a Acessibilidade Universal**

A crise económica que afetou Portugal, estimulou o aparecimento de iniciativas que permitiam aumentar a eficiências dos serviços a custos diminuídos. As redes de cooperação e trabalho foram portanto, solução para alcançar a inovação e acompanhar as necessidades do mercado, partilhando informação e recursos.

Foi neste enquadramento que surgiu, em 2013, a “Rede de Cidades e Vilas de Excelência” desenvolvida

pelo Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade (ICVM), fundado em 2006. Esta rede, atualmente, reúne um conjunto de municípios que trabalham em conjunto para estimular o desenvolvimento territorial em alguns eixos estratégicos.

A acessibilidade universal é um dos temas de maior dinâmica, existindo diversos estudos e projetos que promovem a melhoria das condições de acessibilidade para todos, dos municípios aderentes. Esta rede tem alcançado reconhecimento internacional, pela sua dinâmica em torno desta matéria, oferecendo aos territórios em questão uma visão de desenvolvimento global, inclusivo e vanguardista.

A referida rede constitui-se, atualmente, como uma das principais plataformas nacionais de partilha de informação e experiência, sendo referência ao nível da acessibilidade e mobilidade para todos, através de projetos inovadores, dinamizados pelos municípios-membro.

### **1.6. Turismo: uma oportunidade na promoção das acessibilidades**

A procura por elementos únicos e diferenciadores, por parte dos turistas, incute nos destinos a necessidade de trabalhar a sua oferta, valorizando os seus recursos endógenos, mas sobretudo, através da melhoria das condições de acessibilidade para todos, incluindo pessoas com mobilidade reduzida e idosos na dinâmica da cidade.

Portugal tem, portanto, apostado num novo segmento turístico, denominado “Turismo Acessível para Todos”, que contempla a oferta de destinos e experiências mais inclusivos. Neste âmbito, os destinos têm promovido diversas iniciativas de destaque internacional, garantindo uma oferta completa que garanta o máximo de autonomia ao turista durante a sua visita.

Atualmente, alavancadas pelas necessidades dos turistas e com o objetivo de rentabilizar os seus serviços através do turismo, as cidades têm capacitado a sua oferta através de intervenções e projetos de índole vanguardista, com vista a divulgar e atrair este segmento de mercado.

Projetos como o “Certificado de Acessibilidade ICVM”, “Itinerários Turísticos Acessíveis de Portugal”, o “Plano Estratégico de Turismo Acessível do Porto e

Norte de Portugal”, têm sido alvo de reconhecimento internacional, considerando a sua vertente inovadora. Através destes, e de outros projetos de menor dimensão, Portugal tem-se posicionado como um país acessível para todos, apostando estrategicamente na melhoria constante do território e das condições de acessibilidade para residentes e turistas.

### **1.7. A Acessibilidade para Todos no “Portugal 2020”**

Após uma fase de grave crise económica, Portugal encontra-se em crescimento económico, porém ainda condicionado por fatores de recuperação e pela necessidade de cumprir as obrigações financeiras assumidas nos últimos anos.

A maioria das autarquias nacionais viram-se obrigadas a exercer cortes financeiros em setores estratégicos para o desenvolvimento territorial, em prol do financiamento de áreas essenciais como a educação e saúde. Como tal, as intervenções em espaços públicos foram menos do que o necessário, por falta de recursos financeiros.

Apenas agora, as cidades nacionais reiniciam uma dinâmica interessante de intervenções e planeamento estratégico com vista à qualificação dos espaços públicos, à promoção dos modos de deslocação suaves, à mobilidade elétrica, à regeneração urbana, entre outros, através dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, dos Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, dos Planos de Ação para a Regeneração Urbana. Uma vez que os recursos disponíveis são, em muitos casos, insuficientes para as intervenções desejadas, os municípios vão projetando as suas intervenções, moldando-as às especificidades do quadro de financiamento Portugal 2020, bem como outros mecanismos de apoio que promovem a dinamização de intervenções estratégicas para o desenvolvimento sustentável do território.

Porém, ao contrário do que era estabelecido em quadros de financiamento anteriores, agora o elemento Acessibilidade e Mobilidade para Todos deverá ser assegurado em todas as ações financiadas em sede de Portugal 2020, nos termos do número 4, do Artigo 17.º - Análise e Seleção das Candidaturas, do Decreto-Lei n.º 159/2014 que refere: “As intervenções em espaço públi-

co ou em edifícios de acesso público devem garantir o respeito pelas condições de acessibilidade e mobilidade para todos.”

É, portanto, expectável que a *Acessibilidade Universal* seja um elemento cada vez mais valorizado pelos territórios, promovendo intervenções contemplativas dos diversos tipos de necessidades dos cidadãos, não apenas pela sua vertente social, mas também sobretudo pela obrigatoriedade definida pelo “Portugal 2020”.

## **2. O PLANEAMENTO DA PROMOÇÃO DAS ACESSIBILIDADES E DO *DESIGN* UNIVERSAL: DOS MÉTODOS ÀS PRÁTICAS**

### **2.1. O conceito multidisciplinar e transversal da acessibilidade**

Existe um elevado número de pessoas que todos os dias se depara com grandes dificuldades ou se vê impossibilitada de frequentar locais públicos, devido quer ao conjunto de obstáculos existentes na via pública ou nos transportes, quer à falta de condições de acesso e de circulação, tanto nas ruas como nos edifícios de utilização coletiva.

Deste modo, construir cidades acessíveis a todos constitui um imperativo ético e social, que traduz o respeito pelos valores fundamentais da solidariedade, da liberdade e da equiparação de oportunidades. Como fator transversal, garantia da implementação de políticas e medidas, considera-se da maior importância a Participação Pública nas dinâmicas criadas com a elaboração dos Planos, pela sensibilização, envolvimento e capacidade de induzir ações consequentes nesta matéria, tendo repercussões importantíssimas em matéria de planeamento preventivo.

### **2.2 O papel inovador dos Planos de Promoção da Acessibilidade**

Os Planos de Promoção da Acessibilidade (PPA) da 1ª Geração foram desenvolvidos em cerca de 30 municípios portugueses. Estes planos pioneiros, desenvolvidos a nível local, municipal e sectorial apresentaram um salto metodológico relativamente a projetos anteriores, uma vez que integraram diferentes áreas temáticas de

atuação. O *Espaço Público, Edificado, Transportes, Informação/Comunicação e Infoacessibilidade*, constituíram as cinco áreas temáticas analisadas. A integração destas áreas num plano único permitiu uma maior operacionalização de respostas, criando redes acessíveis que abrangeram vários sectores da sociedade.

O levantamento e diagnóstico das condições de acessibilidade presentes num determinado território, efetuado com apoio dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), permite obter mapas de acessibilidade que indicam percursos verdes e vermelhos, correspondendo à distinção entre a presença de percursos acessíveis e inacessíveis, respetivamente. Esta inovação possibilitou uma análise mais fiável dos resultados ao nível de acessibilidade efetiva e tipologia de barreiras presentes.

Mas os referidos planos não têm apenas a componente física. Como se sabe, os territórios têm, essencialmente, uma enorme componente social.

O método de elaboração destes planos constitui-se, pois como um sistema integrado que contempla Estudos, Participação Pública, Conhecimento/Formação e a elaboração de Documentos Técnicos, apoiados por uma base em SIG. Deste conjunto resulta o carácter inovador dos Planos de Promoção da Acessibilidade.

#### **2.2.1 Metodologia dos Planos de Promoção de Acessibilidade**

A elaboração de Planos de Promoção da Acessibilidade (PPA) consiste, essencialmente, no cruzamento do diagnóstico urbanístico e arquitetónico do território com o diagnóstico social do município, em matéria de necessidades de acessibilidade para Todos. Esta abordagem interdisciplinar, com leituras nas diferentes escalas, foi a chave para que a Primeira Geração de Planos atingisse os objetivos a que se proponha e ainda, superasse níveis de qualidade relativamente aos instrumentos legislativos em vigor (DL 163/06, de 8 de agosto).

Assim, a metodologia assentou em quatro pilares principais: a Governância, a Participação, o Conhecimento e a Formação, e os Estudos a desenvolver em matéria de acessibilidade. Esta metodologia estratégica debruçou-se sobre as cinco áreas temáticas fundamentais em matéria de acessibilidade para Todos:

- a) Espaço Público – Identificação das condições atuais do nível de acessibilidade do espaço público, transformando os resultados obtidos em níveis de acessibilidade, de forma a criar propostas de intervenção para os arruamentos em estudo (Soluções-Tipo);
- c) Edificado – Identificação das barreiras presentes nos principais edifícios/equipamentos âncora de utilização pública, propondo medidas-tipo de correção em matéria de acessibilidade;
- c) Transportes – Levantamento e diagnóstico das condições de acessibilidade dos transportes públicos a operar na área de intervenção, classificando o nível de acessibilidade e propondo um plano de transportes acessíveis;
- d) Informação e Comunicação/Design – Identificação de barreiras nas áreas de informação e comunicação existentes e propor medidas inclusivas de comunicação: braille, iluminação, som, textura, contraste;
- e) Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (Infoacessibilidade) – Diagnóstico da situação atual da *World Wide Web*, analisando a Infoacessibilidade, e propondo uma plataforma permanente e atualizada do estado da acessibilidade.

A elaboração dos planos de acessibilidade permite o desenvolvimento de estudos que servem de suporte a futuros instrumentos de planeamento, fundamentais na decisão política em matéria de acessibilidade e mobilidade para todos.

### 2.2.2. Estudos

Os estudos que se realizam no âmbito dos Programas de Promoção da Acessibilidade debruçam-se sobre as cinco áreas temáticas fundamentais em matéria de acessibilidade para todos, que seguidamente se esquematizam:

Os estudos de acessibilidade para todos foram orientados de forma a obter um plano operativo que visou a identificação detalhada dos problemas existentes nas áreas de intervenção definidas, a diferentes níveis, tais como: Acessibilidade e *design* inclusivo; eliminação de barreiras; implementação de medidas corretivas tipificadas, baseadas num normativo técnico de acessibilidade específico para as áreas de estudo; prioridades de execu-

ção; e estimativa orçamental para as intervenções propostas.

Os estudos que se desenvolvem de acordo com o esquema definido permitem traçar orientações estratégicas alicerçadas nas reais necessidades do território. Assim, se potencia a estratégia de desenvolvimento do município, com o alinhamento das orientações prioritárias com as necessidades específicas dos espaços, tornando-os acessíveis a todos.

#### Espaço Público:

De facto, são muitas as imobilidades que existem nas nossas vilas e cidades, impedindo um número muito significativo de pessoas de vivenciarem esses espaços públicos que também lhes pertencem.

As barreiras presentes, que podem constituir-se como urbanísticas e arquitetónicas ou móveis, assumem-se como um fator muito relevante na forma como as vilas e cidades propiciam ambientes e experiências mais ou menos agradáveis, seja a quem lá vive, a quem lá trabalha ou a quem as visita.

Por exemplo, os passeios são a base da circulação pedonal do espaço público e, no entanto, são raras as vezes em que o seu tratamento é pensado em conformidade com a importância que têm. Ou a distribuição de mobiliário urbano no espaço, da qualidade e conforto dos pavimentos presentes ou, da relação dos passeios com as passeadeiras, sendo frequente a falta de rebaixamentos dos lances nas zonas de atravessamento ou a sua errada execução. Aliando estes problemas à falta de civismo e o incumprimento da lei, refletidos sobretudo no estacionamento abusivo, a forma desregrada e desordenada como o espaço é ocupado por um leque diferente de atividades (obras, comércio, etc.) e o modo como a falta de articulação e coordenação entre serviços (obras, ambiente, fiscalização) gera novas barreiras, percebemos que estamos perante um desafio que tem de ser encarado de fundo.

Assim, porque o que é público deve estar ao alcance de Todos, um dos principais objetivos dos estudos dos Planos de Promoção da Acessibilidade é a criação de acessibilidade no espaço público, consoante a especificidade do espaço a apresentar, seja ele um jardim, uma praça ou uma avenida.

Os estudos das condições de acessibilidade em espaço público são desenvolvidos em duas fases: Levantamento e diagnóstico; e proposta do plano das condições de acessibilidade.

#### Edificado:

Ao nível do estudo do edificado são analisados os vários problemas encontrados em cada equipamento. Esses problemas são verificados segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto que regula a promoção da acessibilidade como elemento essencial na qualidade de vida das pessoas.

As propostas de sistematização e correção do edificado estão divididas em 6 pontos distintos e que compõem a estrutura de um edifício, a saber: Acesso exterior ao edifício, acesso ao edifício, distribuição do edifício, acesso a dependências e instalações, dependências, sinérgica.

A acessibilidade nos edifícios e equipamentos que todos utilizamos é uma condição essencial para o uso do espaço urbano e da vila/cidade. Outorgando o princípio de que a arquitetura deve servir a população e ser funcional, o construído revela-se uma peça fundamental na criação de uma cidade acessível a todos e sem limites de mobilidade.

Assim procede-se à análise dos edifícios de utilização pública, sendo possível, após a identificação dos problemas, descrever as propostas a preconizar para a resolução | correção da acessibilidade aos edifícios, desde o exterior, a sua envolvente próxima, e no seu interior, para que se possa aceder e fazer uso das suas instalações e serviços.

#### Transportes

As orientações definidas no âmbito dos Programas de Promoção da Acessibilidade, fundamentam-se na acessibilidade dos transportes tendo em conta as etapas que constituem uma viagem. Não se pode encarar a “viagem” como sendo apenas e só o transporte de pessoas de um determinado local para outro. A “viagem” tem início no acesso dos transeuntes à paragem e tem o seu término assim que o transeunte sai do transporte. A paragem deve ter informação sobre os transportes e seus

horários. Entre o início e o fim está o percurso efetuado pelo veículo que também deve ser otimizado de maneira a servir mais e melhor os utilizadores. Tendo em conta que todos estes elementos estão interligados, os problemas associados a uma determinada etapa vão contribuir para os níveis de acessibilidade de toda a viagem.

Com o diagnóstico dos problemas de acessibilidade nos transportes, são efetuadas propostas com vista à ordenação dos vários modos de transporte coletivo numa rede integrada de transporte acessível, assegurando, de forma progressiva, a acessibilidade de todos os cidadãos, aos pontos essenciais da vivência quotidiana em comunidade.

#### Comunicação e Design

É comum associar-se a problemática da deficiência à criação de rampas e em geral às limitações relacionadas com a cadeira de rodas (Wagner, 1992). Porém, hoje em dia a falta de acesso à informação pode ser ainda mais limitadora do exercício pleno da cidadania.

É importante referir que a acessibilidade aos elementos comunicacionais, beneficia todas as pessoas e não um público-alvo conotado com deficiência ou incapacidade diversa (preconceito que costuma servir de justificação para relativizar a importância destas medidas, pelo alegado baixo número de destinatários).

A análise a efetuar nos Programas de Promoção da Acessibilidade foca elementos de comunicação e aborda regras básicas relativas aos seguintes elementos que os compõem: *Tipos de fonte e estilo; tamanho de letra; contraste; espaçamento entre linhas; texto e imagens; formulários; margens; e impressão.*

#### Infoacessibilidade

A acessibilidade inclui, também, o acesso sem barreiras à informação e esta encontra-se hoje, mais do que nunca, disponível na *World Wide Web* (WWW). É um direito de todos e, para que seja uma realidade, o conteúdo das páginas *Web*, deve estar disponível em formatos alternativos ou deve ser complementado com informações auxiliares para que pessoas com as mais diversas limitações funcionais possam aceder ao conteúdo disponível. Só assim conseguiremos uma sociedade inclusiva.

Para além da acessibilidade a conteúdos disponíveis em páginas *Web*, é importante considerar também a acessibilidade a espaços que disponham de produtos de apoio para acesso à informação bem como a aplicações informáticas específicas e conteúdos digitais.

### **2.2.3. Ações de sensibilização e comunicação**

É neste sentido que se realizaram ações de informação/formação sobre acessibilidade e mobilidade para todos, destinadas aos profissionais do município, bem como à comunidade escolar, com o objetivo de sensibilizar a comunidade, constituindo uma mais-valia na compreensão da aplicabilidade da legislação e inspirar nos responsáveis pelo planeamento, dentro de cada município, a defesa e aplicação de boas práticas no que diz respeito a mobilidade e acessibilidade para todos, bem como estimular a comunidade escolar a atuarem como agentes de mudança.

Assim se cria uma atitude preventiva essencial ao planeamento da acessibilidade, conseguindo-se fazer dos planos, instrumentos vivos de planeamento e ação, para o presente o futuro das cidades.

Estas ações permitem um maior envolvimento de todos os intervenientes nestas matérias, fator indispensável ao sucesso da implementação de vilas, cidades e municípios mais acessíveis.

### **Conclusões**

Os desafios que se colocam atualmente aos municípios portugueses remetem para exigências cada vez maiores como fator essencial na construção de territórios socialmente mais inclusivos. É necessária a promoção de uma sociedade com novas formas de mobilidade e acessibilidade, numa era de total informação e comunicação, traduzida por uma Europa socialmente mais envelhecida, turisticamente mais diversificada e culturalmente mais heterogénea.

Embora a cidade seja também o lugar dos sonhos, como tão bem expressa Borja (2002), ela mesmo utopicamente, tem de conter realidades. A cidade deve ser entendida nas suas diversas funções: a cidade que se habi-

ta, a cidade que se trabalha, a cidade que se visita.

Portugal tem dinamizado diversos projetos que estimulam a criação de uma maior cultura de mobilidade para o país. Atualmente, o efeito do trabalho desenvolvido é notório, sendo a sua preponderância para a sociedade, cada vez mais, fulcral no desenvolvimento territorial. O “Portugal 2020” é exemplo da evolução do tema na agenda nacional, enquadrando a acessibilidade universal, como elemento-chave na avaliação das ações candidatas a financiamento.

A imprescindibilidade de garantir o cumprimento da legislação em vigor, determina a importância da acessibilidade para todos, na sociedade e cidades de futuro, assumida já, em documentos estratégicos como os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, os Planos de Ação para a Regeneração Urbana, os Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, entre outros.

Simultaneamente, a dinamização de alguns projetos, a nível nacional, têm permitido apoiar a implementação desta matéria, através das redes de partilha de informação e cooperação estratégica.

A Rede de Cidades de Vilas de Excelência, projeto do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, é um desses exemplos, articulando vários eixos temáticos, entre eles a acessibilidade universal, propondo uma visão holística sobre a qualidade urbana das cidades.

Efetivamente, esta matéria requer o envolvimento e o compromisso de Todos, em prol de uma sociedade mais inclusiva, garantida por espaços públicos, edifícios, transportes e suportes comunicacionais acessíveis para todos.

Caminhamos, portanto, para uma sociedade de futuro, onde a acessibilidade universal qualificará os territórios físicos e sociais, e Todos os cidadãos poderão viver a cidade sem barreiras, usufruindo dos espaços verdes, do comércio, e de todas as suas valências.

Em síntese, o esforço promovido desde 2003 é hoje determinante para o desenvolvimento territorial. Mais que um dever social, corresponde a uma vantagem competitiva para as cidades e todos os que nela habitam, trabalham ou visitam, dinamizando a construção de uma nova cultura de mobilidade e acessibilidade para todos.

**Referências bibliográficas**

- Borja, J. (2002). La ciudad del deseo. *Quaderns*, 235, 20-21.
- Clavé, F. (2002). *De la ciutat senses barreres a la ciutat per a tothom*. Barcelona: Institut d'Edicions de la Diputació de Barcelona.
- Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.
- Godinho, F.; Santos, C.; Coutinho, A.; Trigueiros, P. (2004). *Manual de Tecnologias de Informação sem barreiras no local de trabalho*. Vila Real: UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Kofoed, L.; Storgaard, L.; Jansen, C. (2003). *Design For All*. Brussels: ANLH.
- MPT (2010). Planos de Promoção das Condições de Acessibilidade/RAMPA.
- Neumann, P.; Reuber, P. (2004). *Estímulos económicos do turismo acessível para todos*. Munique e Berlim: Ministério Federal da Economia e do Trabalho Alemão (BMWA).
- Teles, P. (2005). *Os Territórios (Sociais) da Mobilidade - Um desafio para a Área Metropolitana do Porto*, Aveiro: Lugar do Plano.
- Teles, P.; Silva, P. (2006). *Desenho urbano e mobilidade para todos*. Aveiro: APPLA.
- Teles, P. (coord.) (2007). *Guia da Acessibilidade e Mobilidade para Todos*, Lisboa: Secretariado de Estado Adjunta e de Reabilitação.
- Teles, P. (2009). *Cidades de desejo entre desenhos de cidades boas práticas de desenho urbano e design inclusivo*. Porto: Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade.
- Teles, P. (2014). *A Cidade das (I) mobilidades*. Porto: Mpt.
- Wagner, J.M. (1992). *Accesibilidad al medio urbano para discapacitados visuales*. Madrid: Servicio de publicaciones del Colegio oficial de Arquitectos de Madrid.